

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

21/12

BOLETIM N.º 281
PSICOLOGIA N.º 11
SÃO PAULO
BRASIL
1963

WALTER HUGO DE ANDRADE CUNHA

OS FATOS DA PSICOLOGIA

Tôda correspondência deverá ser dirigida ao Departamento respectivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — Caixa Postal 8 105, S. Paulo, Brasil.

All correspondence should be addressed to the Department concerned
Caixa Postal 8 105 S. Paulo, Brasil.



Impresso na Secção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1963

BOLETIM N.º 281
PSICOLOGIA N.º 11
SÃO PAULO
BRASIL
1963



WALTER HUGO DE ANDRADE E CUNHA

OS FATOS DA PSICOLOGIA

**COMPOSTO E IMPRESSO NA SECÇÃO GRÁFICA DA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
1963**

APRESENTAÇÃO

Com o presente Boletim, de autoria do Lic. Walter Hugo de Andrade Cunha, a Cadeira de Psicologia inicia uma série de Estudos de Psicologia Teórica e Experimental.

A situação da Psicologia no Brasil, com o advento dos Cursos de Psicologia — dos quais o desta Faculdade, que se originou de proposta desta Cadeira, foi o primeiro a ser instituído — propõe aos que têm parcela de responsabilidade em sua orientação e desenvolvimento alguns problemas especiais.

E' preciso ter a visão, tanto do estágio a que nos países de maior adiantamento científico e técnico a Psicologia logrou alcançar como das querelas de ordem teórica aí enfrentadas e ainda por decidir, mas, por outro lado, é preciso não perder de vista o fato de, não obstante a alta qualidade individual de alguns dos que pensaram e realizaram a Psicologia científica em nossa terra no período anterior à introdução dos Cursos de Psicologia, só agora se poder aqui pensar numa produção científica regular nos domínios da ciência fundamental.

Acreditamos que — se os psicólogos no Brasil têm alguma possibilidade de dar uma contribuição válida e com feição própria, inserindo-se efetivamente no movimento psicológico contemporâneo e, assim, ir deixando gradativamente sua posição de meros consumidores dos produtos às vezes aqui aportados por efeito do acaso antes que de uma importação deliberada e planejada — os problemas teóricos e experimentais devem merecer-lhes constante atenção. Estamos mesmo — e nisso não nos julgamos incoerentes com nossos próprios esforços no sentido de estimular e defender a Psicologia como profissão — que essa consideração deve ser prioritária. Pois, em última análise, o status da profissão depende do da ciência básica.

A incipiência de nosso desenvolvimento científico e o fato de êste ainda se confinar a alguns centros mais populosos e industrializados do País, nossa relativa pobreza de recursos materiais, sugerem como solução de inteligência uma busca consciente e seletiva, antes que a indireção de esforços frenéticos, ao final inautênticos e estéreis.

Esta busca consciente de nosso próprio caminho impõe, hoje, a preservação das alternativas, pois que a escolha deve estar sempre sendo feita e, não, como alguns talvez possam pretender, ser feita por uma ou algumas pessoas, definitivamente. O que nos convém não é a adesão a êste ou aquêlê “grupo” ou “escola”, mas a preservação e o aperfeiçoamento das condições para independência de julgamento — e o efetivo exercício dêste.

O presente trabalho do Assistente Walter Hugo de Andrade Cunha parece-nos particularmente adequado para inaugurar esta nova série de Estudos da Cadeira de Psicologia, porque demonstra como a busca consciente deve ser feita até com relação ao que se deve considerar como os “fatos” da Psicologia.

* * *

E' de se considerar feliz a circunstância de nesta Faculdade o Curso de Psicologia ter surgido como iniciativa de uma cadeira inserta originalmente no Curso de Filosofia e constituída de licenciados em Filosofia. A Psicologia contemporânea, tendo alcançado sua independência e maturidade, pode aproximar-se da Filosofia sem as prevenções que marcaram as relações das duas disciplinas durante o século transcorrido entre as primeiras realizações experimentais na Europa e nos Estados Unidos e a ciência de nossos dias. Do lado dos psicólogos, suas preocupações defensivas acarretaram-lhes prevenções contra todo pensamento teórico. O fazer e o manipular, ou o tabular e o calcular, pareceram-lhes, por certo tempo, mais científicos que o teorizar — até, dir-se-ia, que o pensar e o criticar.

Estas contingências de outros tempos e lugares não ocorrem de modo marcante entre os psicólogos brasileiros. E as gerações de psicólogos provenientes do Curso de Psicologia desta Faculdade terão neste à vontade em relação com as disciplinas filosóficas e científicas, e tanto com as ciências biológicas como com as sociais, uma de suas feições próprias, derivadas de seu amplo currículo de estudos.

A união do espírito crítico de procedência filosófica com a preocupação do “fato”, do “observável”, que é a marca do cientista, se evidencia no presente trabalho, de um psicólogo licenciado em Filosofia, que compartilha da tarefa de formar a nova geração no Curso de Psicologia e que, ao mesmo tempo, já é, pelo seu espírito, um representante dessa geração.

São Paulo, agosto de 1962.

Annita de Castilho e Marcondes Cabral

OS FATOS DA PSICOLOGIA

A CIÊNCIA E OS FATOS

A ciência é dirigida a dados, a fatos. É uma conceptualização de fatos, isto é, uma sua representação abreviada ou econômica, e é também uma tentativa de explicar êsses fatos, ou seja, de mostrar suas relações e suas condições determinantes. Ela é uma construção oferecida como substituto mais inteligível, econômico e operável dos fatos. Como construção, ela não é, talvez, nunca perfeita ou acabada, mas processa-se no sentido de maior aproximação à verdade, de maior completamento e perfeição. Começando, idealmente, com fatos, ela continua com teorias, interpretações; novos fatos são deduzidos, e experimentos então são conduzidos para verificar essas deduções, e, com elas, a adequação das interpretações. Fatos, teorias e experimentos — eis os ingredientes fundamentais da ciência (cf. Andrews, 1948, parte introdutória). Na verdade, há quem, como Skinner (cf. Hilgard, 1956, Cap. IV), rejeite à teoria uma participação essencial na ciência; já o mesmo não se dá com os fatos. Mas, que é um fato? Não temos dúvida de que, no comércio da ciência, um fato é essencialmente algo observável. A ciência, admite-se, deve começar com o que podemos observar, e deve, inicialmente, postular o menos possível além disso. A rigor, podemos dizer que a ciência ideal deve começar unicamente com uma descrição de observáveis, excluindo da descrição toda interpretação, inferência ou hipótese.

Realmente, talvez a dificuldade mais comum na ciência provenha do fato de se começar com uma proposição que inclui mais que observáveis, e essa dificuldade se torna crítica quando as interpretações e inferências não são reconhecidas como tais, e são confundidas com os primeiros.

O PROBLEMA DA IDENTIFICAÇÃO DOS FATOS E AS CARACTERÍSTICAS DO NOSSO MODO DE APREENSÃO

Mas, que é um observável? Existirá algum modo infalível de distingui-lo do não observável, de distinguir o fato da interpretação? Uma tal distinção é imprescindível para a ciência, a menos que esta, por acaso ou por que quer que seja, tenha a felicidade de começar logo com uma interpretação adequada, o que provavelmente só raro acontece. Não estamos certos de se realmente existe um método seguro para processar a essa distinção inicial, e essa é a principal razão por que, segundo nos parece, a ciência constitui uma tarefa tão difícil e arriscada, e, até, destinada sempre a permanecer alijada do status de certeza definitiva.

Uma razão que podemos imaginar para essa dificuldade no discernir um observável de um não observável é o fato de nossa apreensão da realidade tender a ser naturalmente interpretativa. Por paradoxal que pareça, nossa observação, pelo menos a observação de nós adultos, não nos fornece senão raramente — se é que alguma vez — “observáveis”, no sentido aqui usado, de observáveis puros ou fatos não interpretados. Em geral, não vemos apenas uma coisa, mas **esta** ou **aquela** coisa; isto que agora vejo, por exemplo, não é uma mera coisa, é uma mesa ou um livro (cf. Koffka, 1935, pg. 349). Mesmo eventos ou relações entre coisas são por nós apreendidos em geral com uma certa significação, como esta ou aquela classe de evento ou relação, e isso tão naturalmente que poucas vezes chegamos a duvidar, no viver diário, que essa significação é real ou verídica, isto é, congruente com a “realidade” física, tal como determinada por medidas independentes.

Sensações, percepções e cognições — Isto não implica em que aceitemos a distinção dos estruturalistas entre sensação e percepção. Em outras palavras, o argumento acima não significa que aceitamos as nossas percepções como sensações interpretadas consciente ou inconscientemente; apenas implicamos que, aparentemente, e em conformidade com vários psicólogos,

por exemplo os gestaltistas, a percepção, com toda a aparência de direta ou não mediada experiencialmente, pode conter mais atributos do que os da estimulação física que lhe corresponde. Uma concepção recente que parece plausível é a de Julian Hochberg, que considera sensação, percepção e cognição fenômenos coextensivos. Diz-nos Hochberg (1956, pg. 403 e segs.): “Assim, temos um contínuo, em vez da mais velha dicotomia entre sensação e percepção. Num extremo, completa correspondência psicofísica se dá (incluindo a maior parte da área conhecida como sensação), e nosso conhecimento da variância de algum aspecto do objeto-estímulo é necessária e suficiente para predizer completamente a variância da resposta do sujeito; aqui, considerações de **necessidades** e **experiência passada** são, presentemente, gratuitas. No outro extremo, as respostas do sujeito são completamente independentes do estímulo apresentado, cujo conhecimento não é nem necessário nem suficiente para a predição da resposta, e não estamos em nada lidando com percepção, mas com outros processos psicológicos como julgamento, imaginação, etc. Entre esses dois extremos jaz um importante domínio (correspondente até um certo ponto à área clássica da percepção) no qual o estímulo explica muita mas não toda a variância da resposta, e aqui pode ser frutífero indagar quanto da variância residual pode ser buscada em fatores de motivação e hábito. O critério subjacente a este contínuo é um conceito de **ambigüidade**, ou seja, o grau de variabilidade inter e intra-individual da relação entre estímulo e resposta perceptual...” ...“Tal ambigüidade, jamais pode ser atribuída a um estímulo apenas, mas tem que depender também da escolha de dimensões ao longo das quais se pedirá ao sujeito que responda. Considere-se um estímulo visual sob quaisquer condições constantes especificadas — digamos, uma pena vermelha. E’ ele um estímulo ambíguo? A resposta depende em parte das perguntas que faço ao sujeito. Se indago questões psicofísicas acêrca da forma, da côr, do tamanho, etc., posso obter uma variabilidade da resposta bastante baixa. Se indago acêrca do calor, maciez ou claridade, suspeito que a variabilidade da resposta aumentará, ao passo que, com relação

a sabor ou atração sexual, a variabilidade atingirá níveis realmente respeitáveis”... “Em suma, se estamos lidando com ‘sensação’, ‘percepção’, ou ‘julgamento’, não deve ser determinado apenas pela dimensão do estímulo ou apenas pela da resposta, mas por ambas como relacionadas pela situação da tarefa”.

O leitor poderá julgar, pelo que dissemos até agora, que o que entendemos por um observável é essencialmente o que Hochberg entende por “sensação”; no entanto, com o correr destas considerações, ver-se-á que percepções e cognições podem também, num certo sentido, ser consideradas “observáveis”, na acepção que aqui damos ao termo.

O Problema da identificação dos fatos retomado — Voltemos, porém, ao nosso problema. Dissemos que nossas percepções tendem a ser interpretativas. Esta característica de nossa apreensão, como geralmente se sabe ou se pensa saber em psicologia, é extremamente importante para nossa ação adequada e nossa sobrevivência. Realmente, parece-nos óbvio que, se em cada momento em que nossos órgãos sensoriais fossem estimulados, nos defrontássemos apenas com alguma coisa vaga — não com *esta* ou *aquela* coisa definida, não com um objeto que constitui um exemplo de uma classe mais ou menos grande de objetos com tais ou quais qualidades e com tais ou quais significações relativamente a nós e à nossa sobrevivência (um abismo, por exemplo) — estaríamos fadados, ou à inatividade, ou ao desaparecimento (cf. Koffka, 1935, pg. 349). Além disso, parece também óbvio que, não fôssem algumas vezes inverídicas as nossas apreensões, não cogitaríamos de constituir a ciência, para, a partir da correção delas — da correção desse mundo “ilusório” — construir o mundo “real” (cf. Köhler, 1947, Cap. I). Portanto, esse caráter das nossas apreensões da realidade que parece dificultar a marcha da ciência é o mesmo que nos faz concebê-la. Em outras palavras, poderíamos sumariar esse paradoxo aparente nos seguintes termos: A ação exige, como uma pré-condição, o interpretar, o teorizar; portanto, se este é um aspecto indispensável da ciência — há quem como Skinner (cf. Hilgard, 1956, cap. VI) disso discorde — a ação leva à ciência, ou melhor, a pressupõe: a

ciência, por sua vez, ao menos no seu estágio inicial, pressupõe o não interpretar, o não teorizar. Felizmente, êste estágio é apenas temporário, porque, senão, levaria à paralisação definitiva da ação, que, como vimos, pressupõe a interpretação. Após essa primeira fase, vem a teorização, o que abre novamente perspectivas para a ação. Muito da discutida oposição e, paradoxalmente, união de teoria e prática, conhecimento e ação, quer-nos parecer, resulta exatamente dessa condição peculiar de nosso modo de apreensão da realidade.

Até agora, porém, ainda não respondemos a esta questão capital: que é um observável, no sentido restrito do termo? Poderíamos dizer que é o visível, o tocável, o sensível, o experienciável através de nossos sentidos. Isso parece inteiramente tautológico. No entanto, mesmo que assim seja no final, nessa forma pelo menos podemos examinar mais concretamente cada um desses modos de experiência, o que já é uma vantagem da nova proposição.

Tomemos, por exemplo, a experiência de ver, que parece, de tôdas, a mais geralmente utilizada pelo cientista. Até onde podemos discernir, há pelo menos dois sentidos diferentes para o termo ver. Nós dizemos, por exemplo, que vemos uma agulha mover-se em direção a um ímã, ou dizemos, também, que vemos o ímã atrair a agulha. Obviamente, êsses dois sentidos diferem profundamente. Ao passo que o primeiro “ver” se refere mais pròximamente a uma experiência perceptual genuína, o segundo se refere mais a uma experiência de natureza cognitiva. Na verdade, teríamos que enfrentar grandes dificuldades se quiséssemos realmente estabelecer com clareza os limites distintivos de percepção e cognição. Mas creio que se pode admitir, intuitivamente, ao menos, que o segundo “ver”, é “ver que”, é “ver” apenas num sentido figurado, e poderia com vantagens ser substituído por “compreender que”. Realmente, cremos que ninguém tenha alguma vez visto a “atração”, como se vê uma pedra ou uma árvore. Em outras palavras, a atração não é um observável, mas, antes, constitui uma inferência. Sua natureza hipotética seria mais claramente perceptível se algum dia alguma outra interpretação mais plausí-

vel fôsse aventada. — Suponhamos, por exemplo, que, descontentes com a idéia de ação à distância que o conceito de atração contém, se desse para o movimento da agulha, no exemplo acima, uma outra explanação: a agulha não é, digamos, atraída pelo ímã, antes é empurrada para êste por partículas invisíveis. E' claro que esta explicação não seria plausível enquanto ela não fôsse harmonizada com os fatos conhecidos da aceleração, das características do movimento no vácuo, das propriedades da agulha e do ímã, etc. Mas supondo que ela fôsse aceita, não passaria a pessoa a "ver" (segundo sentido) a agulha como empurrada, ao invés de atraída? Já o resultado de "ver" no primeiro sentido provavelmente permaneceria inalterado qualquer que fôsse a explicação do fenômeno.

Da importância de descrições corretas — O argumento acima nos oferece o que reputamos como uma excelente oportunidade para se compreender a importância de uma descrição acurada na fase inicial de uma ciência. Suponhamos que um cientista, ao começar seu estudo do fenômeno da queda dos corpos, por exemplo, o descrevesse da seguinte forma: "Ao ser abandonada a si mesma, uma pedra **caíu** ao solo." Suponhamos também que um outro cientista, observando o mesmo fenômeno, desse dêle esta descrição: "Ao ser abandonada a si mesma no ar, a 'X' centímetros do solo, uma pedra foi vista percorrer uma trajetória retilínea do ponto onde foi abandonada até o solo". Quer-me parecer que essas descrições, diferentes como são, poderiam levar os cientistas a diferentes interpretações, e, portanto, a diferentes deduções e experimentos comprobatórios.

Pelo modo como está vasada, a primeira proposição poderia levar o cientista a não perceber a relevância do espaço e do ar para certas características do fenômeno em questão; a segunda proposição, porém, pela sua referência explícita a êsses elementos, provavelmente teria de imediato exatamente o efeito oposto; provavelmente, também, à semelhança do caso análogo da atração da agulha pelo ímã, ela seria mais adequada do que a primeira para sugerir as possibilidades diferentes de ter sido a pedra puxada ou empurrada (pelo pêso da coluna atmosférica sôbre ela). A descrição dos fatos observados con-

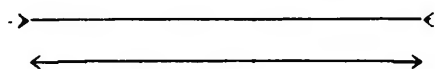
tém muitas vêzes a primeira formulação do problema que o cientista irá enfrentar. E' hoje bastante reconhecido que o maior ou menor êxito na resolução de um problema depende em grande parte do grau de clareza com que êle é formulado; formulações diferentes tenderiam a despertar diferentes orientações (cf. Duncker, 1945).

Pelas considerações que vimos apresentando, não seria exagêro supor que os maiores atrasos verificados no desenvolvimento da ciência foram devidos à inadequação das descrições iniciais. A astronomia, por exemplo, talvez não houvesse marcado passo por milênios não fôsse a descrição primitiva do movimento do sol e das estrêlas como um "nascer" no leste e "morrer" no oeste...

Mas êste último caso nos confronta com um problema novo. Porque é mais difícil descrever adequadamente os fatos brutos em certas situações do que em outras? Da mesma forma que no caso da "atração" dos corpos, podemos perceber que faíscas elétricas, explosões de bombas atômicas, oscilações de ponteiros num medidor, são observáveis, ao passo que a eletricidade e o átomo são construções. Mas por que foi a humanidade confundida por milênios pelo falso movimento das estrêlas? Aparentemente, o geocentrismo é muito mais verdadeiro psicologicamente do que o heliocentrismo. Dir-se-ia que a verossimilhança do mundo psicológico aqui fêz desgarrar ao astrônomo. Mas também cumpre notar que o movimento dos astros, assim com seu "nascer" e "morrer", não correspondem realmente a observáveis. A não ser quando nuvens intervêm entre os astros e o observador — quando a ilusão do movimento daqueles teria sido relativamente fácil de desfazer — nenhum movimento das estrêlas ou do sol, parece-nos, foi até hoje diretamente observado. Ao contrário, êle deve ter sido inferido, e foi essa inferência, confundida com o **dado**, que fêz desorientar-se o estudioso. De qualquer forma, é inegável que nem sempre é fácil distinguir o que é observável do que é interpretação. Isso nos sugere, de outro lado, quão conveniente pode ser, na resolução de um problema, procurar reorganizar a percepção (cf. Wertheimer, 1945). Sabendo quão fácil é confun-

dirmos o observável, no sentido restrito em que usamos êste termo, com o inferido, e reconhecendo quão fundamentalmente importante é distingui-los, faz-se mister que nós, como cientistas, procuremos variar sistematicamente a direção de nosso olhar relativamente à situação (cf., por exemplo, na fenomenologia essencial de Husserl, o papel da variação ficcional no descobrimento da essência de uma coisa; cf., a propósito, Foulquié, 1951, cap. III).

Esta regra prática não é, certamente, muito consoladora; melhor seria, sem dúvida, que pudéssemos contar com um método mais direto e certo de lidar com o problema dessa distinção. De nossa parte, devemos admitir que ainda não descobrimos semelhante pedra de toque. Poderíamos, talvez, conseguir algum progresso se apenas aceitássemos como “observável” aquilo que, **concretamente**, pudéssemos ver, ou sentir, ou tocar, etc. No entanto, esta regra não tem uma validade absoluta. Diante de ilusões ou alucinações, por exemplo, é manifesto que a regra falha. Assim, por exemplo, podemos concretamente ver como desiguais duas linhas objetivamente iguais, como é o caso na chamada ilusão de Müller-Lyer (cf. a fig. abaixo):



A ilusão de Müller-Lyer

A nossa regra há que ajuntar, portanto, regras adicionais, como a de proceder a verificações posteriores (como medir o comprimento da linha, variar o ângulo de observação, etc.). Muito se tem escrito e muito ainda se escreverá certamente sobre os modos de distinguir entre a aparência e a realidade, as percepções ilusórias das verídicas, os estados de vigília dos estados oníricos, etc. A dificuldade é fundamental e não há que escondê-la. Eis aí mais uma razão pela qual nos parece que qualquer apreensão exterior dos fatos, mesmo a mais aceita pela ciência, estará condenada a ficar envolta sempre em algum véu de incerteza.

Dada a importância fundamental do problema da descrição na ciência, não é de estranhar o grande número de técnicas que se têm preconizado para o fim específico de dar fidedignidade às nossas observações (cf., por exemplo, McClelland, 1951, cap. II). Aconselha-se, por exemplo, que o observador seja treinado especificamente para o tipo de observações que terá que fazer. A nosso ver, embora alguma melhoria possa em muitas situações advir dêsse treino, há também o perigo de que êle facilite, pela familiaridade com o material, um tipo particular de interpretação, e, até um certo ponto, de que cegue o observador para o fato de ser ela uma interpretação. Ouvimos certa vez que um descobrimento importante relativamente às células foi feito por um leigo em biologia no mesmo material que havia sido objeto de minucioso exame prévio por parte de observadores experimentados; e a experiência comum nos mostra que pessoas estranhas são por vêzes mais sagazes do que nós em notar aspectos de nossos arredores habituais. O aumento do número de juízes e a dilatação dos períodos de julgamento são outras técnicas freqüentemente recomendadas. Que elas não são suficientes nem decisivas em nosso problema é demonstrado pelos milênios de geocentrismo que precederam a Copérnico.

Nenhuma necessidade, no procedimento da ciência ou na busca do conhecimento verdadeiro, tem sido, na história do pensamento humano, mais salientada que a de duvidar do que sabemos ou interpretamos. A admissão da ignorância do que uma coisa é, para Sócrates, assim como, parece, para Platão também, era o ponto de partida para o conhecimento seguro. Sócrates, ao iniciar uma indagação qualquer, apenas sabia com certeza que nada sabia. Descartes erigia a ciência sobre a dúvida metódica; jamais se deveria dar um novo passo sem ter certeza da segurança do passo precedente, dizia. Husserl também queria partir daquilo de cuja verdade não pudesse duvidar, e, como Descartes, encontrou que, no comêço da ciência, só de sua atitude crítica não podia duvidar. Assim, parece-me, não existe regra mais sólida para a construção da ciência do que esta: duvidar, duvidar, duvidar, até que o que reste

já não possa ser submetido à dúvida. Bem pode ser, porém, que, quando isso se leve ao extremo, não se chegue senão à dúvida como fato certo, e não a um fato concreto de ciência de que se possa partir. Mas, enfim, aqui está a implicação prática do conselho, num caso concreto: Está um cão realmente indo para o alimento? Se eu puder admitir outra alternativa qualquer, por exemplo, que êle está vindo de algum lugar, ou está fugindo de algo, etc., então rejeito a minha primeira proposição como uma descrição do fato. Na verdade, desde êsse primeiro momento posso começar a experimentar, a predizer outros eventos a partir do primeiro, de tal forma que, se minhas predições se verificam, começo a obter provas acêrca da adequação da minha primeira apreensão. E' claro que, a rigor, por ridículo que isso pareça no extremo, minha dúvida deveria ser levada até a aspectos menos duvidosos da apreensão. Por exemplo, é o animal em questão realmente dessa ou daquela espécie? Verifico, então, seus atributos específicos, etc. Mesmo assim, parece-me que, no fim, ainda chegamos a uma proposição que sempre envolve alguma concessão, pois todo fato que não o do observar e duvidar, aparentemente, não é um fato puro, mas uma interpretação com alguma ou bastante aparência de fato, de não-inferido ou não-interpretado; é sempre uma apreensão nossa, e sendo nossa apreensão, poderá não coincidir com a de outros. Mesmo que seja coerente com a de outros ou mesmo com a da totalidade dos cientistas e a universalidade dos leigos num momento dado, ela pode ainda constituir uma apreensão errônea. Com efeito, alguns dos mais notáveis progressos na ciência ocorreram precisamente quando alguém foi capaz de pôr em dúvida uma observação que até então era tida como infalível e universal, como parece ter sido o caso na observação dos astros referida mais atrás.

Se admitimos que os fatos iniciais de uma ciência são, na verdade, e em última análise, apenas interpretações bastante plausíveis, há que não esquecer que existe um certo número de interpretações que possuem quase o status de observáveis, como, por exemplo, a observação de que um animal

se desloca segundo uma certa trajetória. Não podemos ter completa certeza de se fomos vítimas de uma ilusão ou não, nessa observação, mas a ciência não pode deter-se indefinidamente na atitude da dúvida; num momento ou noutro ela deve aceitar o risco da afirmação, e a história da ciência nos mostra que há uma série de observações que, por sua natureza evidente ou quase evidente, constituem uma ocasião adequada para a transição da atitude de dúvida para o terreno das afirmações.

Admitindo-se que se têm como ponto de partida apreensões que contêm observáveis o mais possível puros, começa então a fase da inferência, da postulação, da interpretação, de que se devem seguir deduções de novos fatos, novas postulações que corrigem as primeiras, etc., de modo que a ciência se aproxima cada vez mais à verdade. Aqui, no entanto, poderia o sofista apresentar seu argumento contra a possibilidade da ciência. Se estamos em busca da verdade, diz (cf. Platão, "Menon"), é porque não a conhecemos; e se não a conhecemos, como a poderemos reconhecer, se acaso um dia a encontrarmos? — Para responder a êsse argumento, Platão achava necessário postular que a verdade já nos é conhecida, apenas nos competindo redescobri-la, ou lembrá-la, porque a havíamos esquecido. Talvez tenhamos que acreditar, com Kant, que a verdade é o que, no final, concorda com os princípios da nossa razão; que ela é, no final, a própria razão que se reencontra. Para os propósitos da ciência, porém, a verdade é aquela construção capaz de organizar e explicar cabalmente o conjunto de dados para o qual foi aventada.

Não é nosso objetivo aqui ocuparmo-nos de todos os problemas relativos à obtenção adequada de fatos e à formulação correta de interpretações na ciência. Antes, admitindo que há observáveis que aparentemente são suficientemente puros para a sua utilização na ciência — como o progresso de ciências como a física nos parece testemunhar — nossa missão é voltarmos para a psicologia, para, lá, procurar identificá-los.

OS OBSERVÁVEIS DA PSICOLOGIA

Que fenômenos são realmente “observáveis”, na acepção restrita dêste termo, no domínio da psicologia, e cuja observação pode servir de ponto de partida para essa ciência?

Primeiramente, julgo que não há nenhuma outra ciência contemporânea cujo objeto seja mais controvertido. Por essa razão, como a falta de compreensão dos fatos fundamentais a explicar e a confusão no formular os problemas a atacar levam inevitavelmente à incerteza nos procedimentos a seguir, nenhuma outra ciência contemporânea escreve tanto e se debate tanto como a Psicologia sobre problemas metodológicos. Poucas há, também, tão ricas como ela em novas investigações, e em nenhum lugar contribuem estas para tão escasso progresso da ciência fundamental.

I) OS FATOS COMPORTAMENTAIS

Uma característica que acreditamos comum a todos os psicólogos contemporâneos é a aceitação do comportamento como objeto da psicologia. E’ verdade que muitos insistem em que se inclua como objeto também legítimo dessa ciência o que geralmente se designa por “experiência consciente”; mas parece inegável que, desde Watson, não apenas se tem mais universalmente admitido o comportamento como objeto da psicologia, como, ainda, mesmo para a maioria dos que também admitem a experiência, êle é visto como o objeto primário ou fundamental. E’ natural, portanto, que em nossa busca dos observáveis da psicologia comecemos por um exame do comportamento, que é o que, admite-se geralmente, devemos, em tal ciência, estudar e explicar.

O comportamento como “resposta” — Infelizmente, porém, o termo “comportamento” está longe de ter um sentido único e universalmente aceito. Uma concepção, por exemplo, o torna equivalente a “resposta”, ou “grupo de respostas”. Mas “resposta”, por sua vez, nos confronta com uma multiplicidade de problemas. Trata-se, manifestamente, de um termo

correlativo, que implica algo, uma causa de que seja efeito. A natureza de uma atividade qualquer não é, obviamente, um dado, mas uma suposição. Há que determinar em cada caso se uma atividade dada é uma resposta, e a quê o é. Para Watson, por exemplo, “resposta” é o correlato de “estímulo”, e ambos são concebidos, segundo Tolman (1932, pg. 4), “em termos físicos e fisiológicos relativamente imediatos”; em outras palavras, um estímulo é uma energia física, como o físico a define ou mede, e uma resposta é uma “contração muscular e secreção glandular, como o fisiólogo as descreve” (cf. Tolman, pg. 6). Logo os psicólogos sentiram necessidade de distinguir entre estímulos internos e externos, e entre respostas abertas e implícitas. Muitos notaram ainda a dificuldade que havia em muitos casos de identificar a que estímulos uma dada atividade era resposta, e a que respostas levariam determinados estímulos. Quase todos acharam necessário postular algo “interveniente” (outros estímulos, cognições e percepções ou o quê mais) entre os “estímulos” e as “respostas”. Êsses são, obviamente, modos de ver que se prendem a diferentes teorias, e, por essa mesma razão, fica também bastante claro porque a substituição de “comportamento” por “resposta” ou “grupo de respostas” não representa avanço no sentido de identificar os observáveis da psicologia. Tolman, por exemplo, num escrito recente (cf. Koch, 1959, vol. II, pg. 95), diz o seguinte: “eu também sentia que uma resposta não podia ser definida como uma contração muscular específica, mas devia de algum modo ser definida como uma manipulação ou ‘execução’ dirigida, orientada para o objetivo. Ainda sinto que ‘resposta’ é um de nossos conceitos correntes mais escorregadios e não analisados. Todos nós usamos prazeirosamente o termo para significar qualquer coisa desde uma secreção de dez gotas de saliva até o entrar numa dada galeria, o percorrer um labirinto inteiro, a inclinação de uma curva da caixa de Skinner, o conseguir um ‘Ph. D’, ou um ato simbólico de hostilidade contra o pai pelo ataque a alguma figura autoritária. Agora, dou-lhes a palavra!”

Não é preciso delongar estas considerações. Não podemos, porém, deixar de assinalar que a concepção da atividade como uma reação parece constituir mesmo uma das fontes principais de erros e desvios da psicologia. Essa concepção tende a cegar o cientista para a possibilidade de que às vezes a atividade possa ser puramente ação sem necessariamente ser uma reação. Com efeito, a atração exercida pelo termo “resposta” é tanta que leva, por exemplo, a Hull (cf. Hilgard, 1956, cap. V, especialmente pg. 139) ao contrassenso de preferir falar em resposta-de-não-resposta a renunciar à aplicação do termo! De qualquer forma, é bastante claro que a designação “resposta” não implica em determinar, para o fenômeno assim designado, uma natureza de observável, no sentido em que o termo é neste trabalho empregado; ao contrário, parece antes que uma interpretação especial está implicada quando se diz que algo constitui uma “resposta”.

O COMPORTAMENTO DITO MOLAR

Uma distinção também frequentemente feita é a entre “comportamento molecular” e “comportamento molar”, sendo que este último e não o primeiro seria o objeto da psicologia (cf. Tolman, 1932, cap. I; Koffka, 1935, cap. II; Barker e Wright, 1954, cap. V). “Comportamento molecular”, diz Tolman, é o miúdo, e tende, no extremo, a identificar-se com os “puxões” musculares e segregações glandulares que formariam a base fisiológica de qualquer atividade, ao passo que “comportamento molar” se referiria a alguma atividade maior, que “é mais do que e diferente da soma das suas partes fisiológicas”. O comportamento molar “é um fenômeno ‘emergente’ que tem propriedades descritivas e definidoras próprias”.

Quais são, segundo Tolman (1932, pg. 10 e segs.), essas propriedades descritivas? Primeiramente, diz, há que reconhecer que todo comportamento molar é um “ir a” ou “vir de” um objeto-alvo específico; em segundo lugar, a atividade no comportamento molar envolve um intercâmbio com objetos-meio instrumentais para atingir o alvo; e, em terceiro lugar, uma

maior tendência para atividades instrumentais curtas (ou fáceis) do que para atividades longas. Mais adiante (pg. 12 e 13), Tolman diz que o “comportamento como comportamento, isto é, como molar, é propositado e é cognitivo. Êsses propósitos e cognições são de sua tessitura descritiva imediata”, e tão evidentes no comportamento de um rato como no de um homem: êles estão lá, diretamente, no comportamento, e são inteiramente objetivos quanto à definição. “Nós, os observadores, observamos o comportamento do rato, do gato ou do homem, e notamos seu caráter como um ir a tal ou tal por meio de tal e tal padrão selecionado de intercâmbios. Somos nós, os observadores neutros independentes, que notamos êsses caracteres perfeitamente objetivos como imanentes” — isto é, presentes diretamente — “no comportamento, e sucedeu escolhermos os termos **propósito** e **cognição** como nomes genéricos para tais caracteres”.

Podemos perguntar se propósito e cognição são dados ou, antes, se são construções. O próprio Tolman (1932, pgs. 13 e 14), ao discutir a descrição por Thorndike do comportamento de gatos em caixas-problema, nota que são dois aspectos dêsse comportamento — o fato do ensaio-e-êrro e o da **docilidade** ou seleção súbita dos atos mais eficientes com relação a apanhar-se fora da caixa — que “definem êsse caráter imediato que chamamos o propósito do gato de chegar à liberdade lá fora” — A seguir, Tolman salienta que o reconhecimento “do fato de que a docilidade do comportamento é uma definição objetiva de algo a ser apropriadamente chamado sua propositividade, nós o devemos a Perry”. Com isto — isto é, usando a docilidade como indicadora de propósito — não estará êle retirando dêste o caráter de dado para colocá-lo naquela? — Mais além (pgs. 15 e 16), Tolman se defende do “mentalismo”, procurando mostrar que, à diferença de McDougall, não concebe o propósito “como um ‘algo’ subjetivo definido introspectivamente, que é alguma coisa diferente de e mais do que a maneira pela qual êle aparece no comportamento”. No entanto, onde poderia Tolman ter encontrado êsse conceito senão por recurso à sua própria experiência direta ou “consciência” (sobre a refu-

tação do “não-mentalismo” de Tolman, cf. Adams, 1933)? Discutindo a psicologia de Tolman, Hilgard (1956, pg. 217) diz — o que constitui um apoio à nossa tese: “A concepção de comportamento molar é consoante com concepções prevaescentes da ciência, em que algum grau de arbitrariedade é reconhecido nas abstrações a serem feitas a partir da totalidade de eventos naturais para os propósitos de qualquer ciência dada”. Mais adiante diz o mesmo autor que Tolman parece empregar variáveis como “cognição” como meras variáveis intervenientes, no sentido dado ao termo por McCorquodale e Meehl, isto é, no sentido de equivalente dos fatos mesmos que definem o conceito, sem nenhum sentido excedente; mas Hilgard cita o mesmo Tolman como negando isso. Mas o próprio Tolman afirma (1932, pg. 19) muito claramente, não deixando nenhum lugar a dúvidas, o seguinte, acêrca de propósitos e cognições: “Êles devem ser descobertos e definidos por expedientes experimentais apropriados. Êles são objetivos, e somos nós, os observadores exteriores, quem descobre — ou, se preferem, os infere ou inventa — como imanentes em e determinando o comportamento. Êles são as últimas e mais imediatas causas do comportamento. Nós os chamamos, portanto, os ‘determinantes imanentes’ ”.

Bastante semelhante à de Tolman, mas, não obstante, não inteiramente idêntica à dele, é a caracterização de comportamento molar por Barker e Wright. Dizem êles (1956, pg. 179) que “as unidades molares do comportamento são molares no sentido de que ocorrem no contexto da pessoa como um todo e num ambiente molar. As unidades moleculares são moleculares no sentido de que ocorrem no contexto de partes ou mecanismos subordinados da pessoa e num ambiente molecular”. Salivar, mastigar, engolir, agarrar, são unidades moleculares; comer lanche em casa é uma unidade de comportamento molar (cf. 1956, pg. 178). Como Tolman, êles vêm dois aspectos adicionais que distinguem o comportamento molar: a) êle é dirigido a um alvo, e b) ocorre no campo cognitivo da pessoa: “b” significa que “uma pessoa caracteristicamente sabe, dentro de certos limites, o que ela está fazendo”.

Seguindo uma sugestão de Fritz Heider, consideram que a relação entre o comportamento molecular e o molar é a de processos mediadores e mediados, daí decorrendo a determinação do molecular pelo molar (em muito maior grau do que a determinação inversa) e a possibilidade da utilização, bastante imperfeita, do molecular como indicador do molar (uma das bases das chamadas definições operacionais). Do ponto de vista do presente estudo, basta notar que Barker e Wright crêem na possibilidade de uma descrição bastante adequada do comportamento molar em certas situações sociais bem definidas, nas que também uma tal descrição requer o processamento de dados a partir de um quadro de referência (como a suposição do que a pessoa percebe, ao agir; cf. 1956, pg. 189). Na descrição do comportamento molar, eles desistem em certa medida dos “fatos verdadeiros” a favor dos fatos apreendidos em comum por vários observadores (cf. 1956, pg. 193).

Ainda um terceiro modo, algo diferente, de encarar a distinção entre comportamento molar e molecular é exibido por Miller, Galanter e Pribram (1960, pg. 12 e segs.). Para eles, não há propriamente que falar em comportamento molar ou molecular, mas em comportamento **mais** ou **menos** molar. O comportamento é visto como apresentando uma organização hierárquica; as unidades de um certo nível seriam molares em relação às que o compõem, mas moleculares em relação às unidades mais altas de cuja constituição participam: palavras, por exemplo, são unidades molares relativamente às letras que as formam, mas moleculares em relação às sentenças que compõem. Para Barker e Wright, as unidades molares mais inclusivas sempre contêm, até onde podemos ver, outras unidades molares; a primeira unidade molar a surgir não resulta, para eles, de elementos moleculares, pois, sendo o molar uma combinação, uma forma ou organização, não se pode mais falar nela de elementos de propriedades fixas, ou de propriedades independentes das relações mútuas no contexto. O que distingue um comportamento molar do molecular, para

êles, é, em última análise, o ser aquêle executado pelo indivíduo como um todo e num ambiente molar. Já para Miller e associados (1960, cap. I), molar e molecular são têrmos relativos; uma atividade bastante ampla como escolher e seguir uma carreira — pelo menos até onde se pode depreender do que êles escrevem — será uma atividade molecular se considerada em relação a uma outra atividade mais inclusiva, como, talvez, “vencer na vida”; e a atividade de uma célula pode ser molar, com relação, por exemplo, às atividades das partes que a compõem. Do ponto de vista de nosso estudo presente, a implicação é clara que, se se aceita essa concepção, a classificação de um comportamento como molar ou molecular é completamente irrelevante para a questão de determinar o que, no comportamento, é **observável** (no sentido restrito que estamos dando ao têrmo). Com efeito, como, por êsse modo de ver, um comportamento observável pode ser tanto molar como molecular dependendo da sua posição na organização hierárquica, é claro que o ser ou deixar de ser molar ou molecular não nos dá a chave do que é ou deixa de ser, no comportamento, observável.

Comportamentos real, fenomenal e aparente — Nesta altura, parece-nos útil introduzir uma distinção proposta por Koffka (1935, cap. II, especialmente pg. 40), entre comportamento real, fenomenal e aparente. O comportamento aparente é o comportamento tal como percebido por outro indivíduo que não o que o executa (por exemplo, o comportamento de uma pessoa ou animal no meu campo cognitivo). O comportamento fenomenal é o que é percebido pelo indivíduo mesmo que o executa (por exemplo, o meu comportamento no meu campo cognitivo); e o comportamento real é o que realmente é executado. Ora, está claro que é a êste último comportamento que a psicologia aspira a chegar. No entanto, se êsse comportamento realmente existe, como algo independente do observador, é algo que, em última análise, epistemològicamente, não se pode verificar, já que todos nós somos confinados a viver no mundo dos fenômenos, da experiência direta (cf. Köhler, 1947, cap. I): A questão da existência independente de um

comportamento real não é diferente da questão da existência de um mundo físico independente do mundo experienciado; trata-se, pois, de algo a construir a partir do que é observado. Agora, é claro que todo comportamento que podemos observar é, quanto ao modo pelo qual o apreendemos, ou aparente ou fenomenal. O quê, de cada um dêles, é realmente observável, não interpretado, e pode servir de ponto de partida seguro para a construção do comportamento real?

Koffka (1935, pg. 40) parece admitir que por vêzes o comportamento real pode coincidir tanto com o comportamento fenomenal como com o aparente. Assim — utilizando o próprio exemplo apresentado por Koffka — suponhamos que alguém perceba o meu ato de tirar o chapéu como um cumprimento dirigido a uma senhora, quando, na verdade, eu o tirei porque me apertava. Koffka, (1935, pg. 40) diz: “O comportamento aparente pode, como o mostra o nosso exemplo do tirar o chapéu, ser errôneo com relação ao comportamento real, mas êle também podia ter sido um guia verdadeiro, por exemplo, se eu houvesse realmente reverenciado uma senhora. O comportamento fenomenal, de outro lado, foi um índice verdadeiro”. Aqui, evidentemente, o emprêgo cauteloso do têrmo “índice” poderia revelar que Koffka não espera chegar a mais que a inferir, a partir do comportamento aparente ou do fenomenal, o comportamento real. Mas com que base poderia êle dizer que o comportamento fenomenal, no exemplo considerado, **foi um índice verdadeiro** do comportamento real, a não ser que os admitisse como parcialmente coincidentes? Realmente, mais adiante nos diz ainda Koffka: “Não há dúvida de que o comportamento fenomenal é uma pista muito valiosa para o nosso conhecimento do comportamento real. Ao passo que a relação entre comportamento aparente e comportamento real é da mesma espécie que a entre meio comportamental e meio geográfico, a entre comportamento fenomenal e comportamento real é de uma natureza diferente. Até um certo ponto, o comportamento real se revela no comportamento fenomenal”. Ora, como sabe êle desta coincidência se o comportamento real é uma mera construção? Para nós, essa passagem é uma indica-

ção apenas da crença do autor: a) na necessidade de postular a existência de comportamento real, assim como postulamos a existência de um mundo físico independente (cf. pg. 39); e b) na maior utilidade do comportamento fenomenal sobre o aparente na tarefa de construir o comportamento real. Mas, de onde viria essa segunda crença? Quer-me parecer que ela não poderia advir senão da preferência pelo comportamento molar sobre o molecular **como objeto da psicologia**. Sendo o comportamento molar, para Koffka, comportamento propositado e que ocorre num campo cognitivo, e como propósitos e cognições são aparentemente apreendidos mais diretamente pela pessoa que executa o comportamento do que pela que o observa exteriormente, fica claro porque o comportamento fenomenal deva ser visto como melhor índice do comportamento real do que o comportamento aparente. Em outros termos, essa preferência pelo comportamento fenomenal sobre o aparente é aqui uma consequência mesma de uma teoria segundo a qual o objeto da psicologia é o comportamento molar, isto é, o propositado e que ocorre num campo cognitivo. Em outras palavras, porque o comportamento real é, nesta teoria, encarado como essencialmente um processo de restauração de equilíbrio, cujo estágio final (o equilíbrio) se nos revela à consciência como um propósito, e porque este geralmente parece mais fácil de apreender “de dentro”, pela pessoa que age, do que “de fora”, por um observador externo, segue-se que o comportamento fenomenal deva parecer uma base mais segura, um melhor índice para a construção do comportamento real, do que o comportamento aparente.

De outro lado, de onde provém essa ênfase sobre o “propositado” do comportamento? Não parece haver dúvida de que, quando executamos um comportamento complexo, estamos geralmente a par da significação de cada um de nossos atos; sabemos o que fazer agora e imediatamente após, e sabemos mais, quanto nossos atos nos aproximam de um fim ou objetivo antecipado. Sabemos, também, o que esperar dos objetos que utilizamos. O nosso propósito nos aparece, assim, como uma parte fundamental de nossa atividade; graças a êle, os nossos atos

nos parecem ser o que são e darem-se na ordem em que se dão. Mas como poderiam nossos atos ser propositados se não tivéssemos cognição? A aceitação do propósito parece implicar, como uma consequência, a aceitação da soguição, no comportamento. Realmente, diz Tolman (1932, pg. 13), em uma nota: "Finalmente, deve ser notado que propositividade e cognitividade parecem andar juntas, de modo que, se concebemos o comportamento como propositado, nós o concebemos *pari passu* como também cognitivo. Este caráter complementar de propósito e cognição tem sido igualmente salientado por McDougall... , e por Perry, que também indica com algum pormenor que 'não há propósito sem cognição'...".

— **Um parêntese: haverá necessidade de todo propósito ser consciente?** Ora, essa afirmação de que o propósito implica cognição é, a nosso ver, obviamente putativa; ela representa uma generalização a partir de alguns ou, quiçá, de muitos casos observados; e, como uma generalização, compete à ciência determinar-lhe os limites. Para nós, há ainda a possibilidade de que, às vezes, ocorra propósito sem ocorrer, correspondentemente, cognição. Assim, por exemplo, estamos num certo momento lendo um livro, quando uma môsca pousa em nosso braço; podemos, então, sem nos dar conta disso, mover o braço, afugentando-a. Dirão, no entanto, que esta é uma ação inteiramente automática, isto é, desacompanhada de consciência, e que, portanto, nenhum propósito há nela. Mas este argumento é vicioso, pois admite como verdadeiro o ponto mesmo que há que provar, isto é, que não há propósito sem consciência. Nossa posição é que afastar a môsca, ou a irritação mecânica por ela produzida, é o propósito do nosso ato, tanto assim que, se ela persiste sobre o nosso braço, continuamos a movê-lo, mas não o fazemos se ela se retira: há um "ir a" ou "vir de" neste ato que, muito Tolmanianamente, indicaria a operação, nêle, de um propósito, só que, neste caso, o propósito seria desacompanhado de consciência. Esta poderia surgir, e cremos mesmo que deveria surgir, com o desajustamento, isto é, se o nosso propósito não fôsse satisfeito. Realmente, é o que nos parece acon-

*ecer: se movemos o braço algumas vezes consecutivas e a música não o abandona, nossa atenção se desloca da leitura e se concentra sobre a nova situação. Talvez devesse haver, conforme o propõem Miller e associados (1960, pgs. 33 e 161), uma regra-de-parar para o movimento do braço, por exemplo, após duas ou três tentativas. Aparentemente, também, a concentração da atenção na nova situação favorece o recolhimento de informação necessária para a formação de um plano eficiente para promover o ajustamento. O leitor reconhecerá, aqui, nesta concepção da consciência como instrumento da aprendizagem e como surgindo do desajustamento, uma velha idéia de funcionalistas como Angell (cf. Munn, 1956, pg. 6). Evidentemente, haveria ainda que resolver o problema de como e porque o desajustamento (no sentido de falha de um plano original em satisfazer um propósito) produz consciência ou cognição, e de como esta produz ou condiciona um novo plano de ação. De qualquer forma, o ponto que desejamos esclarecer aqui é o da possibilidade de haver ações propositadas que não envolvem cognição; quer-nos parecer que as ações ditas automáticas (por exemplo, o desviar-se alguém abruptamente para um lado da rua ao soar de uma buzina, o mudar para a linha seguinte ao atingir a escrita a margem direita, o deter-se a contração pupilar quando a concentração luminosa anterior ou um certo grau de articulação visual são atingidos, etc.) são tôdas dêste tipo. Êste modo de ver tem, ainda, uma vantagem: é que êle torna mais fácil pensar que a explicação do comportamento não precisa ser através do propósito. Realmente, naqueles casos em que um propósito se acompanha de cognição, os nossos atos nos aparecem, subjetivamente ao menos, determinados por êle; êles têm a aparência de selecionados com vistas a tal ou qual objetivo a atingir, de modo que, aparentemente, uma vez descoberto o propósito de um comportamento, nada mais pareceria necessário para explicá-lo. No entanto, a consideração de um ato automático (por exemplo, a contração pupilar) como propositado permite-nos pensar que o propósito não tem, necessariamente, essa função determinante, podendo constituir apenas o estágio final de uma série de ajustamentos, num pro-

cesso de estabelecimento de um equilíbrio. Os psicólogos da Gestalt têm encarado o organismo como um sistema ao qual se podem aplicar as noções de campo da física. Na ação pupilar, assim como em tôda outra ação, “automática” ou “propositada”, supõem que uma alteração de equilíbrio num sistema do organismo acarreta uma série de ajustamentos no sistema que terminariam por restabelecer nêle o equilíbrio — o qual não precisa necessariamente ser igual ao primeiro (cf. Koffka, 1935, caps. VIII e IX). A aceitação de uma teoria de campo e a do comportamento como molar, por parte do gestaltista, são perfeitamente compatíveis. Na verdade, uma noção parece exigir a outra, e eis porque o cognitivismo gestáltico nos parece mais coerente que o de Tolman, que, embora acentui o caráter molar do comportamento, parece aderir a uma concepção mecanicista, e não dinâmica, do organismo. Realmente, existe uma estreita analogia entre o comportamento que “tende” para um fim e os processos de campo. Koffka (1935, pg. 312) diz, por exemplo: “Nossa formulação concisa do evento real — independência do estado final relativamente ao inicial — aponta diretamente para uma espécie diferente de explanação” (diferente das explanações tradicionais), “pois o traço é comum a um grande número de eventos puramente físicos... Um pêso balouçante suspenso de um cordel entrará finalmente em repouso na mesma posição, não importa em que direção ou quão distante tenha sido balouçado, porque nesta posição as forças reais, a gravitação de um lado e a elasticidade do cordel de outro, estão em perfeito equilíbrio”. Mas o ponto que aqui desejamos esclarecer é que, em física, não se explicam as várias posições do pêndulo a partir de seu estado final; isto seria introduzir desnecessariamente a teleologia em ciência. Igualmente cremos que não se precise explicar uma série de atos de um indivíduo como determinado pelo objetivo ou propósito. Este poderia ser, por exemplo, uma mera antecipação consciente do estado final a que o organismo tende. Isto também não está em contradição com a determinação do molecular pelo molar de que nos falam Barker e Wright (1955, cap. V): pois as forças e condições do campo determinam o que ocorre em suas

partes. Dada a complexidade do sistema “psico-físico”, apenas a tendência de seus processos e seu estado final nos parecem facilmente reconhecíveis; daí a afirmação de que, em psicologia, o comportamento molar, não o molecular, é geralmente predizível (cf. Koffka, 1935, pg. 374 e seg.).

Por outro lado, porém, considere-se um caso como este: Estou eu a escrever e súbitamente me dou conta de que meu caderno está terminando; decido-me ou proponho-me, então, na primeira vez que acontecer passar por uma papelaria, comprar um outro, o que faço daí a alguns dias. Não houve aqui a determinação do comportamento por um propósito? Até onde podemos ver, êsse caso não é diferente dos anteriores. O propósito de comprar um novo caderno surgiu simultâneamente com ou imediatamente após o aparecimento da necessidade dêsse objeto. Ele bem poderia ser a antecipação de como essa necessidade ou quase-necessidade, surgindo numa certa situação e correspondendo a um sistema sob tensão (de acôrdo com Lewin e outros psicólogos gestaltistas), se desenrolaria ou se satisfaria dadas certas condições. Em outras palavras, o fator determinante do comportamento mesmo seria o aparecimento de um desequilíbrio, ou necessidade, e não a antecipação do ato final mesmo da aquisição de um novo caderno. Êsse evento não é, aparentemente, diferente do que ocorre na física; assim, por exemplo, suponhamos uma caixa cheia de água numa posição superior a uma outra, à qual se acha conectada por um cano. Se êste fôr num dado momento destapado, podemos esperar que a água se passará tôda para a segunda caixa. Num certo sentido — dependendo do modo de conexão das duas caixas, se há ou não cano a ligá-las, se êste entra por sob a segunda ou se termina acima dela — o processo na primeira caixa é independente do que ocorre na segunda. Na ilustração psicológica mais acima, parece claro que o conhecimento do sujeito (por exemplo, o saber que um caderno se encontra em papelarias e não em farmácias) tem que ver com o comportamento que se verifica; mas não será o conhecimento uma mera condição que apenas determina a direção do processo, exatamente como o faz o cano em nossa ilustração física? Até um certo

ponto, parece que há, em psicologia, eventos semelhantes aos que ocorrem em física quando as duas caixas da ilustração considerada são ligadas por um cano que penetra na segunda caixa por debaixo: a execução de um propósito, especialmente se uma que se dá gradualmente, parece ter uma velocidade mais rápida nos seus primeiros estágios do que nos ulteriores.

A consideração do comportamento molar (aparente ou fenomenal) retomada — Mas tôdas essas considerações são algo marginais ao nosso tema, e há que retornar ao problema que vínhamos discutindo: o de saber de onde provém essa ênfase em descobrir o propósito de um comportamento e o que há de observável no comportamento propositado. Uma primeira resposta é que uma concepção do comportamento como um fenômeno de campo, análogo ao que ocorre em certos sistemas físicos, exigiria concebê-lo como uma série de ajustamentos do organismo tendentes a restabelecer um equilíbrio; a satisfação do propósito seria, nesse sentido, o restabelecimento de um equilíbrio. De outro lado, como vimos mais atrás, o descobrimento do propósito de um comportamento aparece, subjetivamente, como a explicação dêsse comportamento. Subjetivamente, o propósito, juntamente com a cognição e a valoração que sua operação parece supor, aparece, assim, como o organizador por excelência do comportamento. Daí, talvez, essa nossa tendência quase irresistível de procurá-lo nos atos dos outros. Quando sabemos ou pensamos saber que o senhor x vai tirar o seu carro da garagem, os seus múltiplos atos (dar alguns passos, abrir uma porta, dar outros passos, abrir uma segunda porta, sentar-se ao banco da frente do automóvel, tirar uma chave do bolso, etc.) ganham um sentido definido; compreendemos porque são o que são e se dão na ordem em que se dão.

No entanto, é preciso não esquecer, conforme nos mostra o exemplo de Koffka, do falso cumprimento com o chapéu, que êsse propósito é uma apreensão nossa que pode não corresponder à realidade. E' verdade que, como o mostram Barker e Wright (1955, caps. V e VI), nós estamos continuamente apreendendo os propósitos de nossos semelhantes, e em geral corretamente, como o demonstram nossos ajustamentos sociais.

Mas é também verdade que apreendê-los para um ajustamento social pode não ser o mesmo que apreendê-los para os fins da ciência, e que, também, algumas vezes os apreendemos mal. Recordamo-nos de uma experiência que, para nós, foi altamente elucidativa, porque ilustrava as vantagens de inferir ou descobrir um propósito para os atos de alguém, e, ao mesmo tempo, os riscos nisto implicados. Olhando através de uma janela que dava para uma praia, notamos uma pessoa alguns metros para dentro d'água, numa atividade que acreditamos pudesse ser, num primeiro instante, assim descrita: dava meia dúzia de passos para a direita, recuava dois passos, avançava três, dava outros seis passos para a esquerda, mergulhava os braços na água, etc. Confessamos que a princípio não vimos nenhum sentido nesses atos e nos sentíamos bastante desconfortado. Uma primeira idéia que nos veio à mente foi que a pessoa fazia alguma espécie de ginástica; mas ainda assim seus atos não nos pareciam ter sentido. Uma segunda idéia nos ocorreu, sem nenhuma aparência de hipótese, mas, antes, com tóda a aparência de verdadeira descrição: a de que ela estava bêbeda e oferecia aos circunstantes um espetáculo bastante ridículo, o que nos penalizava. A seguir, ouvimos alguém dizer: "Olha o pingüim ali!" — Nesse momento, tudo nos pareceu claro: essa pessoa perseguia um pingüim! Agora víamos com clareza porque os atos observados eram o que eram: êles eram um meio para a perseguição do animal, e eram determinados pelos movimentos dêste. Nosso desconforto cessou completamente, também.

Note-se, na ilustração acima, o papel capital exercido na referida apreensão por um item ou informação da experiência consciente: a referência verbal a um aspecto da situação, o pingüim. Isto talvez indique com justeza uma razão porque é algo rara uma apreensão inadequada dos propósitos alheios em situações sociais comuns: o acesso, ao menos parcial, à experiência do agente, através da linguagem. Outros fatores de boa apreensão, como o conhecimento das propriedades restritivas do comportamento apresentadas por certos contextos situacionais, são discutidos por Barker e Wright (1955). Não

é nosso objetivo aqui revê-los. Apenas desejamos, por hora, salientar que, se nossa apreensão do propósito do comportamento de nossos semelhantes, na presença de vários fatores que tendem a assegurar uma apreensão adequada, é por vezes errônea, quão mais arriscada é semelhante apreensão com relação a animais de outras espécies, na ausência, em geral, desses mesmos fatores? Por outro lado, uma tal apreensão, por mais aparência que tenha por vêzes de não mediada, parece sempre hipotética, envolvendo uma contribuição do observador — portanto, subjetiva. Desejamos ainda salientar que, se nossa captação de um comportamento exterior como propositado e de uma natureza definida nos parece direta, não mediada, há que explicar tal captação tal como ela é; mas, por outro lado, há que não tomá-la como necessariamente contendo o fato puro mesmo de comportamento de que se há de, numa explicação do comportamento registrado, partir. Em outras palavras, não podemos tomar, sem posterior evidência, o propósito apreendido por nós numa atividade de outrem como presente realmente nessa atividade.

Mas, e quanto ao comportamento fenomenal? Posso aceitar o propósito, a significação dos atos tal como apreendida por quem os executa, como fatos indubitáveis? — Creio que a situação não é muito diferente, aqui, da do comportamento aparente. Com efeito, uma coisa é não duvidar de que apreendo os meus atos como tais e tais e tendo tal ou qual propósito ou significação, e outra coisa é aceitar que eles realmente sejam o que julgo que são. Da psicanálise vêm-nos vários exemplos de casos em que uma pessoa apreende errôneamente a significação e os motivos dos seus atos. Assim, por exemplo, uma pessoa pode julgar que deixou seu guarda-chuva na casa de um amigo, que visita, por puro esquecimento, por ter-se distraído com o agradável da palestra, por estar preocupado com o adiantado da hora, etc., quando, “na verdade”, o deixou lá como um pretexto para retornar... A questão de conhecer como o psicanalista “sabe” disso já é um outro problema com que não nos podemos, aqui, preocupar. McClelland expressou bem a questão que aqui nos ocupa ao afir-

mar que as “observações diretas são freqüentemente coloridas pelas idéias que o próprio sujeito tem do que aquelas significam”; que, por exemplo, se um paciente declara que é infeliz porque tem um complexo de inferioridade, o cientista pode interessar-se por essa afirmação, sem, no entanto, sentir-se obrigado a aceitar essa interpretação como verdadeira (cf. McClelland, 1951, pg. 58).

Poder-se-ia arguir, no entanto, que há vários casos de apreensões de relações (o que Köhler chama “insights” — cf. Köhler, 1947, cap. X) que parecem essencialmente corretas. Quando, por exemplo, me encontro com uma chave na mão, tentando abrir uma porta, parece-me inadmissível supor que a minha apreensão de uma chave, uma fechadura e meu propósito de abrir a porta não seja adequada. Realmente, não há como negar que tais apreensões possam realmente ser úteis para a ciência. Mas, por outro lado, é preciso ver que êsse argumento não tem uma validade absoluta. Basta considerar como se passam as coisas nos casos de patologia mental, por exemplo, nas experiências alucinatórias, que podem envolver até mesmo uma convicção particularmente profunda, mas completamente infundada. Em suma, os fatos do comportamento fenomenal são fatos de percepção, posto que de um tipo especial, diverso do da percepção externa, e toda percepção parece ser sempre interpretativa, classificatória, cabendo sempre indagar-se de sua veracidade ou adequação.

Há ainda um outro argumento muitas vezes dirigido contra a adoção do comportamento fenomenal como ponto de partida da psicologia, e é que um tal comportamento só é acessível à observação pelo próprio sujeito que o executa, que a um tal comportamento faltaria uma característica essencial do fato científico, que é o ser publicamente verificável. Tal argumento não me parece suficientemente sólido. Köhler (1947) já demonstrou que mesmo a apreensão dos fatos mais “publicamente verificáveis” da física é em essência geneticamente subjetiva, visto como resultado de uma série de eventos num organismo, e que não há, epistemologicamente, possibilidade de demonstrar indiscutivelmente o modo nem a

existência mesma de apreensões ou “experiências diretas” em outros, portanto, de demonstrar o caráter público de uma apreensão. Podemos, ainda, utilizar a linguagem como um índice exterior do comportamento fenomenal, exatamente como, na física, se utiliza com indiscutível êxito a observação de ponteiros ao longo de uma escala para conhecimento de fatos não diretamente observáveis. Poder-se-ia, aqui, dizer que a expressão verbal por vezes é falsa; entretanto, na física, também os ponteiros por vezes emperram.

Nossa crítica do comportamento molar diz respeito apenas à questão de poder, ou não, ser ele considerado um observável, na acepção que damos a este termo. Nossa conclusão é que tal comportamento, seja aparente, seja fenomenal, é sempre uma inferência, uma construção a que se chega a partir da linguagem, de eventos corporais e, possivelmente, de perceptos (para uma pessoa que estude o seu próprio comportamento). Não pretendemos absolutamente negar que a ciência não possa iniciar-se logo com interpretações, mas apenas indicar que, então, sua marcha será passível de mais incertezas e frustrações. Há, nesse caso, necessidade premente de um exame crítico da adequação da interpretação, de um duvidar constante dessa adequação. Não há, aqui, talvez, alternativa mais segura que o procedimento penoso que utiliza a “variação ficcional” do fenômeno representado até chegar a um seu aspecto essencial, não sujeito à dúvida, como se implica na chamada “fenomenologia essencial” de Husserl (cf. Foulquié, 1951).

O COMPORTAMENTO DITO “MOLECULAR”

Se o comportamento molar não é observável, sê-lo-á o comportamento molecular? Já vimos que o que se entende por esta última designação varia com os autores. Para Tolman, o comportamento molecular se confunde, no extremo, com os “puxões” musculares e segregações glandulares que formariam a base fisiológica de qualquer atividade. O problema, na sua identificação, seria saber se constituem uma base fisiológica para uma atividade dada, ou, então, verificar se têm proprie-

dades estruturais que não se contêm exclusivamente nas partes que os formam. Ora, parece evidente que mesmo uma atividade glandular ou a atividade de uma única célula possuem propriedades definidoras e descritivas próprias, não se confundem com a soma das atividades das suas partes constituintes. Em Miller e associados (1961) já vimos também que um comportamento poderá ser tanto molar como molecular, dependendo do nível de organização em que fôr considerado. Em Barker e Wright (1955), como vimos, a distinção entre o comportamento molar e o molecular se faz pelo “contexto determinante” (cf. pg. 179), não pelo tamanho da unidade. Andar, dançar, etc., podem ser moleculares se apenas medeiam a ação de uma pessoa; um passo “pode ser molar no contexto de cruzar uma rua lamacenta”... Ora, é evidente que, nesta concepção, ser ou não ser um comportamento molar é algo que não depende do comportamento mesmo, mas do contexto em que é considerado. Esta concepção se aproxima pois à de Miller e associados; desde que praticamente todo ato pode ser encarado como mediador ou mediado, praticamente todo ato pode ser “molar” ou “molecular”. Em suma, até onde podemos ver, parece mais fácil saber se um comportamento pode ou não ser observado do que saber se é ou não molecular. Parece que o termo “molecular” só tem sentido usado correlativamente ao termo “molar”. Talvez até se possa imaginar que, em essência, o que os diversos autores designam por “comportamentos moleculares” são aqueles eventos observados que se julgam constitutivos de um comportamento molar, ou dos quais se infere um comportamento molar. Nesse caso, porém, o verificar se um comportamento é molecular não serve de guia para se descobrir se é observável, mas, antes, o inverso é que é verdade.

“COMPORTAMENTO” E “EXECUÇÃO”

Consideremos, a seguir, a distinção entre “comportamento” (originalmente, “aprendizagem”), e “execução”, que teria

sido, segundo Hilgard (cf. 1956, pg. 202), proposta primitivamente por Lashley, e adotada também por Tolman.

Segundo êsses autores, devemos distinguir entre os movimentos ou as atividades mesmas observadas do animal (“performance”), do comportamento, ou a visão dêsses movimentos ou atividades como organizados por um propósito que se supõe estar operando no animal. Koffka (1935, pg. 37 e seg.) propõe, semelhantemente, uma distinção entre comportamento “behaviour”) e “realização” (“accomplishment”). Esta seria a descrição do comportamento do animal com referência ao meio geográfico, ao passo que a atividade do animal com relação ao meio de comportamento (ou seja, o meio tal como aparece ao animal), seria designada “comportamento”. Parece-me que a execução corresponde a uma mera descrição, em termos o mais possível neutros, de um evento ocorrido com um animal (por exemplo, “êsse animal”, ou, talvez, ainda melhor, “êsse objeto percorreu uma trajetória compreendida entre os pontos tal e tal passando pelas posições intermediárias tal e tal”), ao passo que o comportamento corresponderia a uma interpretação oferecida pelo cientista para tal evento (por exemplo, “o cão se deslocou de seu abrigo até uma vasilha com alimento”, ou “o cão, com fome, caminhou em busca de alimento”).

Trata-se, segundo cremos, de uma distinção bastante útil, porque constitui um esforço consciente no sentido de separar claramente o que é fato do que é interpretação. Implica-se, por ela, que um fato é um evento que se pode caracterizar por relação a certos referentes espaciais ou temporais, exatamente como um ponteiro, por exemplo, na física, é caracterizado por sua posição relativamente a uma escala graduada. A descrição que se dá do evento, a bem dizer, quase sempre envolve alguma interpretação (tal como o denuncia o uso por vêzes forçoso de algum termo geral como “cão” ou “ponteiro”), mas há que reconhecer que essa descrição é muito mais neutra, muito menos sujeita à dúvida do que cada uma de uma infinidade de inferências ou interpretações que se façam corresponder-lhe. Agora, se notarmos quais são as possíveis “execuções” de um animal, veremos que elas incluem fatos ou eventos como ve-

locidade (inclusive a velocidade nula, isto é, a imobilidade) acelerações, mudanças de aparência, etc. Creio que é bastante claro que, na presença de “execuções”, como acima entendidas, estamos aproximadamente diante de “observáveis”. A tarefa da psicologia seria a de investigar e determinar as leis que regem essas execuções. Teríamos ainda alguma dificuldade em distinguir os pontos de vista psicológico e fisiológico em tais estudos; talvez se pudesse, a título de ensaio, dizer que a psicologia estuda o como das execuções globais dos organismos, ao passo que a fisiologia estuda o como das execuções parciais, isto é, as verificadas em partes menores que o organismo total considerado; mas não temos certeza de ser esta distinção inteiramente válida. No fundo, a distinção dos limites de cada ciência é vaga, senão mesmo arbitrária.

*
* *

II — OS FATOS MENTAIS

Até aqui, temo-nos ocupado de fenômenos que caracteristicamente se dão para o cientista como “objetivos”, isto é, através da percepção externa. E’ verdade que, ao formular dêles uma interpretação, o estudioso freqüentemente recorre a outros fenômenos que só podem ser apreendidos diretamente no seu mundo interior. Isto é especialmente verdadeiro para aqueles cientistas que acreditam que o mundo da ação é diferente para cada agente, e que, portanto, para compreender a esta, haveria necessidade de compreender seu lugar naquele. Como sòmente o mundo do cientista lhe é diretamente acessível, e, mesmo assim, apenas parcialmente, para atingir o mundo de outros indivíduos o estudioso deve recorrer a uma analogia com o que se passa consigo mesmo, ou, então, construir tal mundo — sempre, porém, ao que parece, recorrendo à analogia com a sua própria experiência consciente — a partir de seus acompanhamentos exteriores, como a expressão verbal e os movimentos do organismo (cf. sôbre êste problema, por exemplo, Adams, 1933).

Voltemo-nos agora para aquilo que ao cientista se revela basicamente através de uma “percepção” interior. Para o homem comum e mesmo para muitos psicólogos, aqui se encontraria o domínio característico da psicologia.

Alma, mente, consciência — No passado, a psicologia foi geralmente concebida como a ciência da alma, da mente ou da consciência. Modernamente, a concepção de alma ou de mente foi rejeitada em psicologia, pois, como o diz Munn (1956, pg. 1), tais conceitos como que se referiam a uma criatura etérea, invisível, que não constituía um mistério menor do que aquele que êles deveriam explicar. De outro lado, parece que tôdas as tentativas feitas para apreender a “consciência” têm-se revelado infrutíferas. A razão para isso se tornou, com a fenomenologia, perfeitamente clara. Desde Von Brentano, há uma tendência crescente a encarar a consciência como tendo um caráter intencional. A consciência, admite-se geralmente, é sempre consciência de alguma coisa; ela é exterior em orientação, não interior; nós não a observamos, porque nós a vivemos e a somos. Neste ponto — sobre a impossibilidade de se apreender a consciência através da introspecção — estão de acôrdo tanto as psicologias de origem materialista, como o behaviorismo, quanto as ditas de origem idealista, como a fenomenologia e o gestaltismo (cf. Foulquié, 1951).

Modernamente, parece-nos inadmissível conceber a consciência como uma entidade ou uma substância (cujos estados seriam as experiências conscientes ou os fenômenos mentais). O termo parece designar hoje apenas o processo ou o conjunto de processos que se supõe responsável pelas experiências conscientes.

As experiências conscientes — Serão estas observáveis? Já vimos como, ao exercer um filósofo uma atitude crítica face aos dados do conhecimento — na esperança de encontrar um dado seguro em que basear a ciência — chega, no final, a um dado de que não parece possível duvidar: o fato de que êle duvida, ou seja, uma atividade chamada “mental”. Mas, dirão, como se pode passar da admissão da realidade da experiência da dúvida para a da realidade de tôda e qualquer ex-

periência consciente? — A razão é simples: é que a condição de experiência daquela é logicamente anterior à sua qualidade de dúvida. Antes de ser tal ou qual espécie de atividade mental, ela necessita ser uma atividade mental, e mais basicamente ainda, necessita ser. Podemos pôr o argumento ainda numa outra forma. Já vimos que o estabelecimento da realidade de um fato exterior depende da atividade mental: a variação sistemática do nosso modo de apreensão, a não aceitação, nela, do que nos pareça sujeito à dúvida, etc. Ora, como poderia a atividade mental, que é condição do estabelecimento da existência de uma coisa, não ser, ela própria, existente? Podemos sempre duvidar de se uma dada apreensão da “realidade” é ou não verdadeira; no entanto, não parece nunca possível duvidar de que estamos, nesse caso, diante de uma “apreensão”. Suprima-se êsse último aspecto do fenômeno, o caráter de ser uma nossa apreensão, o de dar-se para a nossa consciência, e estará suprimido o caráter mesmo de sua existência para nós. Os chamados fenômenos mentais seriam, assim, os únicos realmente diretamente observáveis, num sentido estrito. Eles constituiriam, pois, os dados fundamentais de qualquer conhecimento, já que todo conhecimento que podemos ter, mesmo a mais objetiva apreensão das ciências físicas — mostrou-o Köhler (1947) magistralmente — é, em última análise, um fenômeno mental. E’ o que nos diz o chamado princípio fenomenológico, segundo o qual tudo o que está presente para mim se acha sob a condição a mais geral de ser um fato da minha consciência. Suprima-se esta condição, e todo o conhecimento estará suprimido.

Façamos, através de um exemplo, um breve confronto entre as duas ordens de fatos, os de percepção externa e os de “percepção” interior. Vemos, num certo momento, um cão a abanar a cauda e agitar-se alegremente à aproximação de seu dono. O fato de “comportamento” a explicar, aqui, evidentemente, é representado pelos movimentos do cão, as suas alterações externamente observáveis. Mas, obviamente, podemos suspeitar que a descrição dos fatos dada mais acima não contém apenas observáveis, mas constitui já uma interpretação, de cuja valida-

de se pode duvidar. Com efeito, podemos admitir, a atribuição de alegria ao cão pode ser completamente ilegítima: bem pode ser que não haja, no momento, nenhum acompanhamento consciente, no cão, para os movimentos de seu corpo. Ou bem pode ser que êsses movimentos não tenham, objetivamente, nenhuma relação com a aproximação do dono; bem pode ser que êles se acham condicionados por uma súbita brisa ou pela aproximação simbólica do alimento ou apenas da mão do dono (as outras partes do corpo dêste nada tendo a ver com as manifestações do cão), ou por uma lembrança súbita, ou o quê mais... Cumpre à ciência, no caso, determinar quais são realmente os fatos, independentemente de nossa apreensão. Por outro lado, porém, considere-se a nossa apreensão mesma (isto é, a apreensão, pelo cientista, dos fatos em questão). Se o cientista quiser explicá-la, se quiser encontrar as condições que determinaram como êle percebeu as coisas do modo como as percebeu, êle não poderá, evidentemente, começar por negá-la, já que é o que, no caso, terá que explicar. Êle não necessita, como no caso dos fatos comportamentais, começar por uma construção ou determinação dos fatos mesmos. Sua atitude terá que se voltar para o fato mesmo tal como êle se dá para a sua consciência; sua descrição terá que ser uma descrição pelo método dito fenomenológico existencial (cf. Koffka, 1935, pg. 73), isto é, uma descrição a mais ingênua e completa possível do que vê, sem incluir nessa descrição dos fatos o que, em virtude de experiências anteriores, julga ou sabe que êles são. Como objetos de ciência, os fatos mentais ou experiências conscientes nos colocam, pois, diante de fatos já acabados que dispensam, para se constituírem o dado inicial de nossas construções, qualquer elaboração. Eis porque, a nosso ver, essa espécie de fatos psicológicos apresenta, como dados de observação, uma superioridade inegável sôbre os chamados dados "comportamentais".

Da possibilidade de uma ciência construtiva da experiência consciente. Alguns estudiosos, porém, com base nessa peculiaridade dos fatos ditos mentais, objetariam a uma utilização dêstes para os fins de uma ciência verdadeiramente hipotético-dedutiva (cf. Dilthey, 1894, acêrca de um ponto de vista bastante próxi-

mo do contido nesta objecção que aqui apresentamos). Com efeito, diriam, se o domínio mental já nos confronta com uma realidade acabada, nada há, nêle, que descobrir ou construir com o procedimento penoso das hipóteses e deduções, e a ciência hipotético-dedutiva deve, em tal domínio, ceder lugar a uma ciência meramente analítica e descritiva.

Esse ponto de vista, cremos, decorre de uma concepção errônea das funções da ciência. Esta não cessa com o mero estabelecimento dos fatos a explicar; ela vai além, e procura explicá-los, determinar-lhes as conexões, as relações constantes ou leis, o que a leva muitas vêzes a desvendar ou construir todo um novo domínio de fatos além dos meramente observacionais de que partiu. Se é verdade que, no campo mental, nos defrontamos com verdadeiros observáveis — tais como os entendemos neste trabalho — há também que reconhecer que, num grande número de ocasiões, aí não se nos dão directamente as conexões ou dependências funcionais que a ciência se propõe, num nível mais elevado, descobrir. Assim, por exemplo, tem-se demonstrado por meio de experimentos que, ao procurarmos localizar a fonte de um som, fazemos uso da diferença de tempo e de fase com que uma dada onda sonora atinge nossos ouvidos. No entanto, em nossa consciência mesma não se encontra o menor sinal ou indício dessa utilização. De outro lado, outras conexões ou dependências funcionais que não a que a ciência determina como verdadeira são, por vêzes, experimentadas por nossa consciência. Tais experiências são, evidentemente, fatos de observação que há que explicar. Não são, porém, elas mesmas, explicações científicas. Assim, se, na ilustração acima, à nossa consciência parece que percebemos um som como provindo da direita **porque daí êle provém objetivamente**, à ciência competirá explicar essa segunda apreensão de dependência ou relação, sem, no entanto, ser obrigada a aceitá-la como a explicação adequada da primeira apreensão. Trata-se, no caso, de duas experiências, a de localização e a do seu porque, as quais necessitam ambas ser, como fatos mentais que são, explicadas. Não se

poderá, porém, sem posterior evidência, considerar a segunda como contendo a explanação científica da primeira. Em outras palavras, uma experiência pode ser uma realidade psicológica ou de observação e, ao mesmo tempo, não ser uma realidade lógica ou de construção. Resumindo, podemos dizer que as apreensões vividas em nossa consciência são, quaisquer que sejam as suas características, fatos de observação que requerem ser explicados; resta, porém, o fato de que elas podem ser interpretativas e o de que são **nossas apreensões**, o que nos obriga a sujeitá-las à dúvida, a examiná-las com vista aos critérios da adequação ou inadequação lógicas, antes que possamos considerá-las como realidades de interpretação científica.

O argumento acima demonstra, segundo cremos, a falsidade da posição segundo a qual, ao estudarmos os fatos da mente, não poderíamos aplicar o procedimento das ciências naturais, baseado em hipóteses e experimentações. Essa posição decorreria de não se distinguirem os fatos de observação dos fatos de construção, e de não se ver na ciência essa sua característica essencial que é o movimento do espírito que procura, partindo de uma realidade experienciada, atingir uma realidade postulada que já não é psicológica, e sim lógica. O método fenomenológico existencial não é, portanto, segundo cremos o único compatível com a natureza dos fatos mentais, mas apenas um procedimento indispensável na primeira fase do trabalho científico nesse domínio e que deve ser acompanhado, num estágio mais elevado, da aplicação do método fenomenológico essencial, indispensável, ao que parece, à formação de hipóteses experimentais. Seria, pois, perfeitamente possível, de nosso ponto de vista, complementar os dados da experiência subjetiva — assim como o fazemos relativamente à experiência objetiva — mediante hipóteses que em seguida orientem a execução de experimentos elucidadores. Em verdade e como um fato, êsse é um procedimento que já tem sido adotado na psicologia da percepção, e com um grau de fertilidade que, ao que tudo indica, se pode caracterizar como bastante animador. A grande dificuldade no estudo dos fenôme-

nos mentais não parece ser a apresentada pela aplicação de hipóteses a tais dados, mas antes, a de nos libertarmos das que habitualmente vivemos em nossa experiência quotidiana e que, talvez por êsse mesmo fato, já se nos apresentam, independentemente de qualquer verificação, como naturalmente verdadeiras.

As experiências conscientes, os fenômenos mentais devem, portanto, ser incluídos entre os fatos da psicologia, considerada como uma ciência hipotético-dedutiva. Se esta se recusar a considerá-los — como ocorre em algumas escolas psicológicas — uma outra ciência deverá, cremos, ser constituída para essa consideração. Daqui se pode depreender, também, a importância capital da psicologia entre as várias ciências: ao passo que estas utilizam, na sua construção, diversas formas de apreensão de fatos pela consciência, cabe à psicologia tentar uma investigação científica da própria “apreensão”.

O lugar do homem na ciência dos fatos mentais. Agora, se admitimos que os fenômenos mentais se situam entre os fenômenos que a psicologia deve estudar, fica claro porque o homem tem um lugar especial nesta ciência. Com efeito, somente o homem parece poder observar os fenômenos mentais, quer diretamente, em si mesmo, quer indiretamente, nos outros, através da linguagem. Nos outros animais, só se pode chegar a um conhecimento analógico ou inferencial dos fatos ditos mentais. Não admira, pois, que a psicologia humana seja, de tôdas as áreas da psicologia, a mais desenvolvida. Êste fato assinala, também, uma fonte especial de dificuldades para a psicologia encarada como ciência fundamental: ao passo que, nas outras ciências “positivas”, pode-se fazer o conhecimento evoluir do nível dos fenômenos menos complexos para os dos mais complexos, e isto constitui um fator especial de progresso, em psicologia, no domínio dos fatos mentais, dada a condição do homem tanto de observador como de fonte de fatos a explicar, o cientista se vê geralmente obrigado a começar pelo estudo dos fatos num nível de complexidade já extremamente elevado. Essa vicissitude especial do homem, de ser ao mesmo tempo, não apenas genética mas também fenomenal-

mente, fonte e observador dos dados, parece constituir, também, para o desenvolvimento da psicologia, uma dificuldade especial.

A orientação objetiva da “consciência”. Há ainda um outro aspecto do problema do estudo dos fenômenos mentais que precisa ser considerado. Já nos referimos ao fato de nossa consciência parecer ter, essencialmente, uma orientação objetiva. E'-nos muito mais fácil atender às características de objetos externos — de descrever a côr e a forma de uma casa ou de uma árvore, por exemplo — do que de atender às qualidades de nossos fenômenos mentais. A percepção exterior nos parece mais natural, mais fácil e segura do que a “percepção” interna. Daí talvez a flagrante superioridade das ciências ditas “da natureza” sôbre as ciências ditas “mentais”. Essa superioridade não decorreria, como o mostra Köhler (cf. 1947, cap. I) do fato de que aquelas não utilizam a experiência consciente (ou, no dizer de Köhler, a “experiência direta”), já que, realmente não podem deixar de utilizá-la: decorreria, antes, do fato de que se utilizam de “experiências diretas objetivas”, e mais, de experiências diretas objetivas especiais (como, por exemplo, a observação da posição de um ponteiro em uma escala graduada) que são, relativamente às da psicologia, de um grau de complexidade bastante inferior. Necessitamos dizer, porém, que a impossibilidade de uma ciência baseada na percepção interna está longe de ser demonstrada. Os desenvolvimentos já alcançados pela psicologia na área da percepção, como já salientamos, parecem constituir uma resposta clara a esta questão. No entanto, mesmo aqui é preciso reconhecer que uma boa parte dêsse progresso foi conseguido graças, não à utilização da percepção interna ou “introspecção”, mas à utilização da observação externa dos acompanhamentos “objetivos” ou “comportamentais” dos processos de percepção. Seja como fôr, o fato de que uma parte ao menos das realizações da psicologia da percepção tenha sido obtida com o emprêgo da observação direta interna parece não deixar dúvida sôbre o fato de que se pode, também, erigir uma ciência sôbre êsse modo de observação.

O fato, porém, de que a nossa consciência mostre uma preferência por uma apreensão “objetiva” e exterior tem suas conseqüências até para a clareza de uma classificação dos fenômenos que se devem incluir sob a rubrica de “fenômenos mentais”. — Perceptos, imagens, pensamentos, lembranças parecem poder, com facilidade, ser incluídos nessa classificação. Já o mesmo não é o caso para os chamados sentimentos e emoções. Como dizem os fenomenólogos existenciais, parece que não existem tais coisas como emoções e sentimentos; o que apreenderíamos em nossa vida mental não seriam, por exemplo, os sentimentos ou emoções de irritação, ódio, amor, etc., mas alguém ou alguma coisa ou evento que é irritante, odioso, amável, etc. (cf. Foulquié, 1951, capítulo relativo à fenomenologia). Talvez devêssemos considerar tais “emoções” e “sentimentos”, não como realidades independentes e segregadas, mas como características dinâmicas — como “crescendo”, “diminuendo”, “acelerado”, etc. — de nossos fenômenos mentais (cf. Koffka, 1935, pg. 401).

Conclusão: A psicologia e os fatos mentais. À psicologia caberia também, portanto, estudar e explicar os fenômenos mentais. Deveremos procurar relações constantes ou leis no domínio de tais fatos: deveremos mostrar qual a dependência em que eles estão de outros fenômenos ou eventos no organismo. Uma tal formulação, porém, implica já uma certa posição teórica, e pode ser, por conseguinte, contraditada.

CONCLUSÕES: OS FATOS DA PSICOLOGIA

Em suma, nossas considerações sobre os fatos da psicologia nos levaram a admitir, para esta ciência, duas ordens principais de fenômenos: as execuções (alterações, ou características de posição ou aparência dos animais) e as “experiências conscientes” ou “fenômenos mentais”. As segundas teriam, como “observáveis”, sobre as primeiras, uma superioridade indiscutível, mas, também, certas peculiaridades que as tornam, por rela-

ção às primeiras, menos próprias a um desenvolvimento fácil da ciência. A psicologia poderia ser considerada, então, como o estudo das leis que regem as “execuções” e as experiências conscientes dos animais (estas últimas, apenas nos homens, sendo introduzidas no caso dos animais meramente como construção auxiliar na explicação das “execuções”).

“Execuções” e “experiências conscientes”: tais foram, por conseguinte, os fenômenos que surgiram para nós como constituindo possivelmente os fatos da psicologia. No decorrer de nossas considerações sugerimos também que, no lidar com as primeiras, o método adequado seria o método da chamada “fenomenologia essencial”, — ou seja, o procedimento, no descobrimento dos fatos de que partir, de sujeitar à dúvida toda apreensão de um evento ou coisa exterior a nós, de procurar variar essa apreensão de todos os ângulos possíveis, de reformulá-la até chegar àquele aspecto da coisa ou evento captados que independa de nossa apreensão ou já não possa ser sujeito à dúvida — ao passo que, no descrever as segundas, seria mais adequado o método da chamada “fenomenologia existencial”, ou seja, a descrição fiel e plena, sem quaisquer reduções ou acréscimos, do fenômeno mental, tal como o apreende a consciência, como o fato de que se há, na ciência, de partir.

SUMÁRIO

A confusão entre fatos e interpretações constitui geralmente uma fonte importante de dificuldades no desenvolvimento de uma ciência, e isto parece ser particularmente verdadeiro no caso da Psicologia. Por essa razão, propusemo-nos a proceder, neste trabalho, a um exame dos fenômenos comumente apontados como o objeto dessa ciência, a fim de descobrir quais poderiam ser considerados como realmente observáveis.

Inicialmente, procuramos definir o que entendíamos por um observável, e concluímos por identificá-lo, no caso mais puro, como o objeto de uma apreensão que não é passível de ser submetida à dúvida — uma conclusão compatível com os resulta-

dos de uma parcela ponderável do pensamento filosófico e psicológico do passado.

A seguir consideramos, com algum pormenor, uma variedade de conceitos relativos a “fatos” que se costumam genericamente designar pelo termo “comportamento”. Foram discutidos os conceitos de resposta, comportamento molar (com as subdivisões de comportamento real, aparente e fenomenal) e comportamento molecular. Nossa análise nos levou a recusar que tais termos realmente designassem observáveis da psicologia, já que sempre resultavam, ao que julgamos, da adesão do cientista a uma dada posição teórica, ou da aplicação, à “realidade” observada, de um processo definido de pensamento inferencial. Em outras palavras, o recurso a construções como estímulo, propósito, cognição e organização hierárquica foi, na determinação do sentido de tais termos, considerado essencial. Incidentalmente, procuramos mostrar que a extraordinária atração exercida pela concepção de comportamento molar para um grande número de psicólogos aparentemente resulta do fato de o propósito aparecer subjetivamente como o determinante e o organizador por excelência dos nossos atos. Incidentalmente, ainda, oferecemos uma interpretação, baseada em suposições gestálticas, do comportamento propositado e do propósito, a qual afastava as noções teleológicas a favor da noção de seqüências causais. Finalmente, nesta fase de nosso trabalho, concluímos que uma certa classe de fatos, aqui denominados “execuções” (movimentos, alterações de posição e aparência do sistema vivo) — que podiam ser caracterizados por relação a certos referentes espaciais e temporais, à semelhança de ponteiros na física — se aproximavam, mais do que quaisquer outros fatos de apreensão externa, ao que entendemos por observáveis, em psicologia. O procedimento mais indicado para descobri-los e descrevê-los, segundo pensamos, é o constituído pelo chamado “método fenomenológico essencial”, que se baseia, fundamentalmente, na aplicação da dúvida metódica às nossas apreensões da “realidade”.

Dirigimos, após, nossa discussão para os fenômenos chamados “mentais” e encontramos nestes verdadeiros observáveis

pois que êles são, em última análise, a fonte e a condição de todo conhecimento. O procedimento indicado para descrevê-los, segundo julgamos, é o constituído pelo chamado “método fenomenológico existencial”, — uma descrição fiel dos fenômenos tais como a nossa “consciência” os vive. Finalmente, incluímos, ainda, em nosso trabalho, uma consideração da aparente necessidade de uma distinção entre verdade lógica e verdade psicológica, e as razões por que julgamos possível uma ciência construtiva dos fatos mentais com base na dúvida sistemática. Consideramos, ainda, o lugar distintivo do homem na ciência dêsses fenômenos, e as conseqüentes dificuldades especiais que adivinham para ela dêsse fato e do fato de a consciência revelar, aparentemente, uma preferência para uma direção objetiva, na sua orientação.

SUMMARY

Confusion of facts and interpretations usually constitutes an important source of predicaments in scientific development. This seems to be particularly true in the case of psychology. For this reason, we decided to survey, in this work, the phenomena commonly held to be the object of this science, in order to find out which ones could be considered really observable.

Initially we tried to define what we meant by an observable, and we ended by identifying it, in the purest case, as that object of an apprehension that could not be subjected to any doubt — a conclusion which is in line with a ponderous current of philosophical and psychological thought in the past.

After this, we examined in some detail several concepts relating to facts that commonly are generically referred to as “behavior”. We discussed the concepts of response, molar behavior (including the subdivisions of real, apparent and phenomenal behavior) and molecular behavior. Our analysis led us to reject that these concepts refer to observables because they always result from the scientist’s adherence to a given theoretical position or from the administering to the observed “reality” of a definite process of inferential thinking. In other

words, the recourse to constructs like stimulus, purpose, cognition, and hierarchical organization was considered to be essential in the determination of the meaning of such terms. Incidentally, we tried to show that the great appeal that the concept of molar behavior has to a large number of psychologists derives from the fact that our purpose seems subjectively to be the determiner and organizer "par excellence" of our acts. Still incidentally, we offered an interpretation, based on gestalt assumptions, of purpose and purposive behavior which discarded teleological notion in favor of notions of causal sequences. Finally, in this phase of our writing, we concluded that there is a certain class of facts, here called "performances" (movements, alterations of position and appearance of the living system) — which could be characterized like pointers in physics, by their relations to some spatial and temporal referents — that come nearer to what we call observables than any other facts externally apprehended. We believe that the most fitting procedure for finding them out and describing them is represented by the so called "essential phenomenological method", which is fundamentally based on the administration of methodical doubting to our "reality" apprehensions.

In the final pages we directed our analysis to the phenomena termed "mental", and found that they are true observables, since, in the final analysis, they are the source and the condition of all our knowledge. We judged the so called "existential phenomenological method" as the most adequate procedure for describing them. Finally, we still included in our writing a consideration of the likely necessity of distinguishing between logical truth and psychological truth, together with the reasons why we judged that a constructive science of the mental phenomena would be possible on the basis of systematic doubting. We also considered the distinctive place of man in such a science and the special difficulties which derived for psychology from this fact as well as from the fact that consciousness apparently shows a preference for an objective direction in its orientation.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, D. K. (1933) — Three Theories of Learning. *J. gen. Psychol.*, 8, 485-497.
- ANDREWS, T. G. (1948) — *Methods of Psychology*. N. Y.: Wiley.
- BARKER, R. G., e WRIGHT, H. F. (1955) — *Midwest and its Children: The Psychological Ecology of an American Town*. Evanston: Row, Peterson.
- DILTHEY, W. (1894) — Idéias acerca de uma psicologia descritiva e analítica, em “*Psicología y Teoría del Conocimiento*”, Trad. mexicana de E. Imaz. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1945.
- DUNCKER, K. (1945) — On Problem Solving. *Psychol. Monographs*, n.º 270.
- FOULQUIE, P. (1951) — *A Psicologia Contemporânea*. Trad. de Haydée Camargo Campos, São Paulo: Edit. Nacional.
- HILGARD, E. R. (1956) — *Theories of Learning*. N. Y.: Appleton-Century-Crofts.
- HOCHBERG, J. (1956) — Perception: Toward the Recovery of a Definition. *Psychol. Review*, 63, n.º 6, 400-405.
- KOCH, S. (1959) — *Psychology: A Study of a Science*. Vol. II. N. Y.: McGraw-Hill.
- KOFFKA, K. (1935) — *Principles of Gestalt Psychology*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- KÖHLER, W. (1947) — *Gestalt Psychology*. N. Y.: The New American Library (1a. impr., 1959).
- McCLELLAND, D. C. (1953) — *Personality*. N. Y.: Dryden.
- MILLER, G. A., GALANTER, E., e PRIBRAM, Karl H. (1960) — *Plans and the Structure of Behavior*. N. Y.: Holt.
- MUNN, N. L. (1956) — *Psychology: The Fundamentals of Human Adjustment*. Boston: Houghton Mifflin.
- PLATÃO-Menon, em “*Oeuvres Complètes de Platon*”, tomo II. Paris: Garnier.
- TOLMAN, E. C. (1932) — *Purposive Behavior in Animals and Men*. Berkeley: University of California Press.
- WERTHEIMER, M. (1935) — *Productive Thinking*. N. Y.: Harper.

Í N D I C E

APRESENTAÇÃO	5
A CIÊNCIA E OS FATOS	9
O PROBLEMA DA IDENTIFICAÇÃO DOS FATOS E AS CARACTERÍSTICAS DO NOSSO MODO DE APREENSÃO	10
Sensações, percepções, cognições	10
O problema da identificação dos fatos reto- mado	12
Da importância de descrições corretas	14
OS OBSERVÁVEIS DA PSICOLOGIA:	
I — OS FATOS COMPORTAMENTAIS	20
O COMPORTAMENTO COMO RESPOSTA	20
O COMPORTAMENTO DITO “MOLAR”	22
Comportamentos real, fenomenal e aparente	26
Um parêntese: haverá necessidade de todo propósito ser consciente?	29
A consideração do comportamento molar (aparente ou fenomenal) retomada	33
O COMPORTAMENTO DITO “MOLECULAR” ..	37
“COMPORTAMENTO” E “EXECUÇÃO”	38

II — OS FATOS MENTAIS	40
Alma, mente, consciência	41
As experiências conscientes	41
Da possibilidade de uma ciência construtiva da experiência consciente	43
O lugar do homem na ciência dos fatos men- tais	46
A orientação objetiva da consciência	47
Conclusão: a psicologia e os fatos mentais ..	48
CONCLUSÕES: OS FATOS DA PSICOLOGIA	48
SUMARIO	49
SUMMARY	51
REFERÊNCIAS	53

BOLETINS PUBLICADOS PELA CADEIRA DE PSICOLOGIA

- N.º 1 — Otto Klineberg, *Introdução à Psicologia Social*, 1946 (esgotado).
- N.º 2 — Annita de Castilho e Marcondes Cabral, *O conflito dos resultados dos Experimentos sobre a Memória das Formas*, 1946.
- N.º 3 — 1) Annita de Castilho e Marcondes Cabral, *A Psicologia no Brasil*;
2) Carolina Martuscelli, *Uma pesquisa sobre aceitação de grupos nacionais, "raciais", e regionais, em São Paulo*;
3) Maria da Penha Pompeu de Toledo, *Ensaio de elaboração de uma técnica para o estudo psicanalítico quantificado de documentos pessoais e protocolos de testes projetivos*;
4) Dante Moreira Leite, *Conceitos morais em seis livros didáticos primários brasileiros*;
5) Dante Moreira Leite, *Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários*, 1950.
- N.º 4 — F. J. Urban, *Métodos Estatísticos em Psicologia*, 1952.
- N.º 5 — Maria da Penha Pompeu de Toledo, *Estudo Psicanalítico Quantificado de Dez Contos Infantis Tradicionais*, 1958.
- N.º 6 — Carolina Martuscelli, *Os Experimentos de Interrupção de Tarefas e a teoria de Motivação de Kurt Lewin*, 1958.
- N.º 7 — Dante Moreira Leite, *Caráter Nacional Brasileiro*, 1959.
- N.º 8 — Maria Margarida M. J. de Carvalho, *Estudos de Psicologia Diferencial*;
1) *Noções de Idade Mental e Etapa Mental e suas consequências na avaliação da debilidade mental*;
2) *O desenho da figura humana como medida de inteligência e diagnóstico de personalidade em débeis mentais*, 1960.
- N.º 9 — Maria Margarida Andrade, *Estudos de Psicologia Diferencial — II — História de Vida de Três Débeis Mentais* — 1963.

